

INCLUSÃO EM SALA DE AULA: O DESAFIO DOCENTE

Juliana Franchi da Silva*

Rubia Machado de Oliveira**

Resumo: A educação inclusiva hoje não pode mais ser vista ou encarada como uma utopia, pois é pauta de pesquisas, projetos, documentos e debates na sociedade atual com o foco de análise à educação de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas normais. A proposta da educação inclusiva passou a ter destaque em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define a educação especial como educação escolar e prescreve o apoio especializado na escola. Desse modo, é importante a formação inicial e continuada de professores para lidarem com a diversidade, a formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte à inclusão. O papel do professor, além de atender às especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, escola e comunidade, acompanhar e apoiar o projeto pedagógico e colaborar para a adequação da prática pedagógica no contexto escolar. Assim, as mudanças no campo da formação docente para a educação inclusiva pode contribuir significativamente para que as mudanças nas escolas aconteçam de fato e experiências bem sucedidas não sejam apenas exceções, mas que se naturalize/materialize no cenário educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Docente.

Introdução

A educação inclusiva hoje não pode mais ser vista ou encarada como uma utopia, pois esta na pauta de pesquisas, projetos, documentos e debates na sociedade atual com o foco de análise à educação de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas normais.

* Licenciada em Filosofia (UFSM), Bacharel em Economia (UFSM), Bacharel em Ciências Sociais (UFSM), Espec. em Pensamento Político Brasileiro (UFSM), Espec. em História do Brasil (UFSM), Mestre em Integração Latino-americana - MILA (UFSM), Mestre em Ciências Sociais (UFSM), pós-graduanda em Gestão Pública (UFSM), graduanda do PEG (UFSM). Professora da rede pública estadual e tutora no Curso de Graduação em Sociologia EAD (UFSM). E-mail: juliana.franchi@gmail.com

** Bacharel em Ciências Sociais (UFSM), Espec. em História do Brasil (UFSM), Mestranda em Ciências Sociais (UFSM). E-mail: machado.rubia@gmail.com

Diante do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais à escola regular, a mesma necessita adequar-se de modo que obtenha estrutura como recursos físicos e humanos para tal público. Sendo que, cabe refletir se os professores estão preparados para esse desafio presente no cotidiano profissional e escolar. A educação inclusiva em sala de aula é ainda um grande desafio para o docente nos dias de hoje nas escolas brasileiras e isso precisa ser pensado por toda a sociedade.

Deve-se dar atenção a educação inclusiva no sentido que se seja uma proposta real e com possibilidades de concretização. O poder público em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) precisa vencer a etapa da intenção e passar para as ações pragmáticas. Com isso, contribuir para as mudanças da formação docente.

Assim, a educação inclusiva é imprescindível para sanar as dificuldades no processo de aprendizagem onde todos possam se desenvolver intelectual e emocionalmente dentro dos seus limites afim de que não ocorra nenhum tipo de exclusão.

2 Considerações sobre a inclusão em sala de aula e a formação docente

Sabe-se que a trajetória da educação inclusiva no Brasil se expandiu no final do século XX por meio de movimentos sociais e lentamente passou a ser incorporada no sistema educacional regular produzindo uma reflexão sobre a integração de alunos com deficiência. Antes disso, sabe-se que o portador de necessidades especiais era excluído do convívio social, sem receber nenhum tipo de educação e muitas vezes, maltratado e abandonado.

Segundo Marchesi (2004) o conceito de necessidades educativas especiais e a ênfase para que a escola se adapte a diversidade de seus alunos se deve a expressão de novas realidades que surgiram. Então, a partir da década de 1960 começa-se a enfocar a necessidade de modificar as instituições sociais e escolares para que as mesmas pudessem atender aos diferentes sujeitos e suas necessidades educativas especiais.

A proposta da educação inclusiva passou a ter destaque em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define a educação especial como educação escolar e prescreve o apoio especializado na escola. A Lei de 1996 estabelece no seu artigo 59 que os sistemas de ensino devem se organizar para assegurar aos educandos com necessidades especiais:

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

- II. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (CARNEIRO, 2011, p. 438-39).

Desse modo, foi com a promulgação da Constituição de 1988 que se oficializou por meio do art. 208 que a educação é um direito público e é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, além de garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.

De acordo com Laplane (2006) em 2001 foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem entre outras metas, o desenvolvimento e a ampliação de programas educacionais em todos os municípios, o trabalho em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a realização de ações preventivas nas áreas visual e auditiva, a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental, o atendimento na rede regular de ensino ou em classes e escolas especiais, a educação continuada dos professores em exercício e a formação de professores em instituições de ensino superior.

Os instrumentos legais sempre foram questionados no que diz respeito até que ponto não seria uma utopia falar na inclusão. No entanto, nos últimos anos as pessoas com deficiência vêm se organizando em comissões, coordenações, fóruns e movimentos para que os direitos conquistados sejam reconhecidos e respeitados em suas necessidades de convívio com as demais pessoas. Desse modo, não se pode mais aceitar a utopia, pois as mudanças ocorrem cotidianamente e de modo positivo. Porém, é preciso que se dê atenção a formação docente. É preciso melhorar a formação dos professores, isto é, o processo formativo que envolve a aprendizagem e o desenvolvimento das competências dos mesmos para que os mesmos possam trabalhar com a inclusão na qual é considerada um grande desafio.

A falta de preparo dos professores é um dos problemas que impede que a educação inclusiva atinja os objetivos desejados. Hoje, já é realidade nas redes públicas os alunos com necessidades especiais frequentarem as salas de aula como alunos inclusos. As crianças e

adolescentes com necessidades especiais frequentam classes regulares e não mais ficam fora da escola ou em escolas especializadas. Isso é importante, pois não importando o tipo da deficiência esses alunos podem desenvolver-se social e intelectualmente na classe regular.

Conforme a Proposta de Diretrizes é necessário que haja uma revisão no processo de formação de professores de modo a superar os problemas existentes como o conhecimento e desenvolvimento das ações pedagógicas; o uso inadequado dos conteúdos das várias áreas do conhecimento na prática pedagógica; a falta de oportunidade para o seu desenvolvimento cultural; preocupação somente com a sala de aula; falta de estímulo para relacionar a teoria e a prática e, a ausência do uso das tecnologias (MEC, 2000).

Segundo Bueno (1999) os professores de ensino regular não possuem preparo para trabalhar com crianças que apresentam deficiências evidentes e por outro lado, grande parte dos professores de ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que tem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

Existem muitos professores que se sentem “despreparados” para trabalhar com alunos com necessidades especiais e isso dificulta a integração desses alunos. Por isso, é importante refletir sobre a formação docente. Muitos professores enfrentam dificuldades para trabalhar as disciplinas específicas em sua área de atuação e também não possuem conhecimento para lidar com os alunos, por exemplo, alguns professores não sabem libras, a língua brasileira de sinais que muitas vezes é necessário em sala de aula. Além disso, nem sempre há a presença de intérprete na sala de aula, o que se torna ainda mais complicado, pois como o professor vai lidar com a construção do conhecimento científico voltado para um grupo específico, no caso, os surdos. Então, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo excluídos mesmo estando em sala de aula regular.

É imprescindível que tanto os profissionais da licenciatura e todos os outros profissionais que tenham contato com alunos portadores de necessidades especiais recebam formação e preparo. Todos têm que dar atenção às propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares.

Além da falta de preparo dos professores, algumas instituições de ensino não possuem recursos físicos e didáticos que visam atender as necessidades especiais desses alunos. Pode-se citar a falta de recursos como livros didáticos em Braille, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, portas adaptadas entre outros.

Segundo Silva e Retondo (2008) existem pesquisas pautadas na formação dos professores que se volta para a educação inclusiva. E a atividade que pode contribuir durante a formação é estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades especiais.

Entretanto, para que os programas de inclusão obtenham sucesso em escolas públicas, todos os professores deverão estar capacitados para implementar programas de ensino colaborativo.

De acordo com Bueno (1999) há quatro desafios que a educação inclusiva impõe à formação de professores que são: a formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o "saber" como o "saber fazer" pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência.

Desse modo, é importante a formação inicial e continuada de professores para lidarem com a diversidade, a formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte à inclusão. O papel do professor especializado, além de atender às especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, escola e comunidade, acompanhar e apoiar o projeto pedagógico e colaborar para a adequação da prática pedagógica no contexto escolar.

O que muitos profissionais da educação propõem é uma relação dialógica, ação reflexiva e trabalho cooperativo entre o ensino regular e o especial para que sejam identificadas as necessidades especiais dos alunos, as de ensino e a criação de estratégias didático-metodológicas que promovam a aprendizagem e favoreçam o acesso ao conhecimento, aos instrumentos materiais e culturais produzidos pela comunidade.

No que diz respeito as atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência. Para Bueno (1999) a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular.

A formação de professores merece total atenção quando se aborda a inclusão. A maioria dos professores experientes e também os futuros professores sentem-se inseguros e

ansiosos diante da possibilidade de ter um aluno com necessidades especiais em sua sala de aula. Queixam-se que não estão preparados e não tem nem ideia de como lidar com esse desafio que consideram muito grande.

Sendo assim, acredita-se que a formação docente e a busca da qualidade do ensino para crianças com necessidades educacionais especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educacionais especiais”; a segunda é a de professores especialistas nas variadas “necessidades educacionais especiais” que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula (BUENO, 1999).

Entretanto, a legislação brasileira prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiências. Apesar dos avanços de ideários e projetos políticos-pedagógicos, sabe-se que muitas instituições brasileiras ainda não implementaram ações que possam favorecer a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. Precisa-se que haja uma compreensão da proposta da inclusão, caso contrário, a exclusão permanecerá.

Portanto, a educação inclusiva no Brasil é um processo gradativo, e, para que aconteça na prática e avance de modo significativo é necessário o comprometimento da família e da comunidade escolar. É preciso que os profissionais estejam dispostos a enfrentar os desafios diários, porém, é necessário que tenham a formação adequada e que o Estado invista nesta proposta. Sendo assim, a mudança no campo da formação docente para a educação inclusiva pode contribuir significativamente para que as mudanças nas escolas aconteçam de fato e experiências bem sucedidas não sejam apenas exceções, mas que se naturalize/materialize no cenário educacional brasileiro.

3 Resultados

Para o presente trabalho foram entrevistados alguns professores da rede pública de educação onde se fez entrevistas não diretiva, possibilitando a esses professores falarem sobre suas experiências enquanto docentes. Foi um total de 18 professores (8 de ensino fundamental e 10 de ensino médio) e ficou claro por parte das pesquisadoras que não haveria divulgação de

nomes e nem das escolas que os mesmos estão lotados. Sendo que, o foco principal do questionamento foi a experiência que os mesmos tem ou tiveram com alunos especiais em sala de aula.

A maioria desses professores, dizem não saberem e nem terem algum preparo para lidar com alunos com necessidades especiais de qualquer tipo. Todos responderam que se sentem inseguros, não compreendem determinada situação, apesar de tentarem disponibilizar de mais tempo na aula para atender os mesmos, pois necessitam de uma melhor capacitação. Alguns até se sentem tristes, pois além de não conseguirem progredir com tais alunos, às vezes acabam pensando que podem fracassar no desempenho de suas atividades.

Também, o que se observou é que alguns professores dizem perceber as necessidades especiais de alguns alunos que estão matriculados regularmente na rede de ensino como alunos “normais”. Por exemplo, uma professora disse que em sua sala de aula possui um aluno com graves problemas de aprendizagem e sociabilidade e está matriculado oficialmente como aluno regular. Segundo ela, a própria família não percebe ou não aceita o aluno com a necessidade especial e os docentes ficam sem saber o que fazer, pois não há nada formalizado na escola e os alunos não são incluídos como deveriam. Também, ocorre que os alunos com necessidades especiais não são considerados nas escolas como alunos, mas como problemas que chegam. E isso precisa ser desconstruído.

Muitos dos professores desconhecem Libras e tampouco o Braille, o que dificulta no momento em que precisarem atender alunos com essa demanda. Também, falta de pessoas/profissionais especializados na escola para lidar com essa situação. Segundo alguns deles, os docentes teriam que ter ajuda de profissionais ou até mesmo cursos ou uma formação que os ajudasse a lidar com o processo de inclusão.

Nenhum dos professores entrevistados discorda acerca da inclusão, para os mesmos, ela deve ocorrer cotidianamente, porém, deveria ser com maior responsabilidade por parte de todos envolvidos. Também falta o apoio e investimentos do governo que são necessários. Para eles, a educação inclusiva é importante, pois a tendência é diminuir cada vez mais o índice de discriminação em relação aos deficientes físicos e dessa forma construir uma sociedade melhor e mais justa.

Portanto, a educação inclusiva é uma educação para todos sem distinção. E deve oferecer ao aluno com necessidades educacionais especiais, as mesmas condições educacionais oferecidas aos demais. Porém, com as adaptações necessárias para que possa haver aprendizagem e de acordo com a necessidade de cada aluno.

Conclusão

De acordo com as entrevistas realizadas pelas autoras do trabalho, foi possível observar que os professores entrevistados apresentam dificuldades e inseguranças ao falar sobre a educação inclusiva em sala de aula. Segundo eles, há uma falha na sua formação para lidar em sala de aula com alunos que possuem necessidades especiais. Segundo eles, a própria universidade falha ao preparar o docente, pois as vezes, a formação se resume a uma disciplina que não consegue atender a complexidade do tema. Deve-se proporcionar o mínimo de conhecimentos para atuar com estes alunos. Também, deveria haver mais cursos de capacitação por parte do governo para que pudessem lidar melhor com esse desafio, pois a formação é considerada deficiente e também há poucas oportunidades de formação.

A preocupação com a formação dos professores para a educação inclusiva ainda é muito recente. É necessário mais investimentos nos processos de formação para reconstruir as práticas educacionais, reorientando, assim, os processos exercidos na Formação de Professores. O poder público em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) precisa vencer a etapa da intenção e passar para as ações pragmáticas. Com isso, investir nas mudanças físicas, aquisição de materiais, contratar professores especializados e possibilitar a formação de professores possibilitará a inclusão.

Observa-se também, que não basta apenas qualificar os professores, mas deve ser realizado um trabalho em equipe por parte de toda a escola para que o processo de inclusão se torne mais efetivo. Sem contar o papel fundamental da família nesse contexto escolar e social, pois a família é fundamental e contribui ao processo de inclusão na escola.

Portanto, a capacitar os professores é essencial, pois apesar de servir para influenciar os sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva, servirá também para que os docentes reflitam as propostas de mudanças que podem mexer com seus valores e crenças e até transformar a sua prática profissional.

Referências

BUENO, J.G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Santa Maria, v.3, nº5, p.7-25, 1999.

BUENO, J. G. S. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA Jr., C. A. (Orgs.) **Formação de educadores e avaliação educacional**. São Paulo: UNESP, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior**. Brasília, maio, 2000. Disponível em: <www.portalmec.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. Coleção Saraiva Legislação. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas – desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAPLANE, Adriana. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educ. Soc., Campinas, v.27, n°. 96, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

RETONDO, C. G.; SILVA, G. M. Ressignificando a formação de professores de química para a educação especial e inclusiva: uma história de parcerias. **Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 30, p. 27-33, 2008.